

OS INTELLECTUAIS, A ALIANÇA LIBERAL E AS CRÍTICAS AO PERSONALISMO: HERANÇAS DA TRADIÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO

JÚLIA SILVEIRA MATOS*

RESUMO

Neste artigo temos por objetivo comparar as críticas ao personalismo político brasileiro contidas em *Terra desumana: a vocação revolucionária do presidente Arthur Bernardes*, de Assis Chateaubriand, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, de forma a percebermos como a proposta apresentada pela Aliança Liberal em fins de 1929 teria se utilizado em muito desses conjuntos de princípios e idéias defendidos por esses intelectuais. Ainda, de forma comparativa, buscamos perceber como essas obras se enquadram na tradição do pensamento político brasileiro e remontam a questões apresentadas nas obras *A organização nacional*, de Alberto Torres, e *Populações meridionais*, de Oliveira Vianna.

PALAVRAS-CHAVE: intelectuais; Aliança Liberal; personalismo

A ideologia nasce do sentimento de que um grande problema histórico pode e deve ser resolvido por um comprometimento individual. Daí a paixão que lhe é inseparável, o proselitismo, a condenação do adversário e mesmo do indiferente, a amálgama entre a ordem da razão histórica e a da moral pessoal.

François Furet¹

Nas palavras de Furet podemos compreender o comprometimento apaixonado de vários intelectuais brasileiros pela solução dos problemas político-sociais do País. Muitos se apropriaram da responsabilidade intelectual de transformação nacional. De acordo com Bolívar Lamounier, em meio ao desenvolvimento da República Velha, os intelectuais almejavam persuadir as elites políticas e culturais da época, o que fica evidente em seus tratados histórico-sociológicos, os quais apresentam amplas reflexões da formação colonial brasileira, com profundos apontamentos dos problemas nacionais e propostas

* Professora do ICHI-FURG; doutora em História – PUCRS; e-mail: jul_matos@hotmail.com

¹ FURET, François. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, [s.d.], p. 42.

para soluções e reorganizações político-institucionais republicanas. Seus olhares centravam-se no fato de que o Brasil, como ex-colônia de Portugal, carregava em suas instituições imagens e permanências da colonização. A criação, implantação e burocratização de seu aparato governamental era criticada por manter os moldes Ibero-americanos. A vinda da família real portuguesa para o Brasil, juntamente com a maior parte de sua corte, e a conseguinte elevação da colônia a sede do Reino, era apontada como evento responsável pelo definitivo enraizamento da cultura e instituições ibéricas nestas terras tropicais.

No entanto, se em algum momento muitos pensaram que a fundação da República poderia trazer soluções para os problemas na política do Império, em pouco tempo perceberam que a mudança de governo propiciou apenas uma simples troca das elites. Diante dessa realidade, em momentos diferentes, nomes como Alberto Torres, Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand, entre outros intérpretes, dedicaram-se a pensar o Brasil e a crise político-econômica pela qual passava.

Após o estado de sítio do governo de Arthur Bernardes e a crise do café, agravada durante o quadriênio Washington Luís, as eleições presidenciais de 1930 geraram entre políticos e intelectuais um estado de esperança na possibilidade de mudanças. Entretanto, o anúncio de Júlio Prestes como candidato à sucessão presidencial acabou por exaltar os ânimos. Frente à quebra da política café-com-leite e a crise econômica em que se aprofundava o Brasil, Minas Gerais uniu-se ao Rio Grande do Sul e à Paraíba para lançar Getúlio Vargas como candidato da oposição. Sua proposta de governo ia justamente ao encontro dos anseios, não apenas de políticos insatisfeitos com os rumos, mas principalmente dos intelectuais Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand, entre outros. Portanto, frente à vitória eleitoral de Júlio Prestes e as constantes denúncias da imprensa de fraude nas urnas, deflagrou-se a Revolução de 1930. Esta acabou por aglutinar em torno de si intelectuais e políticos de diversas correntes. Isso porque, segundo Lúcia Lippi Oliveira, “mesmo sem ter constituído um marco na história das idéias, foi um evento que abriu espaço para o debate de projetos políticos, permitindo que pensadores pudessem apresentar propostas capazes de se traduzirem em ação governamental” (1982, p. 15). Esse espaço levou ao cenário do debate político nacional nomes como os já citados Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand. No entanto, é preciso percebermos que, diferentemente do que propõe a tradição historiográfica, as propostas desses intelectuais não foram frutos do movimento revolucionário de 1930, mas o inverso. Nesse sentido, em trabalho publicado na revista *Biblos* (2006) dialogamos com a análise de

Antônio Cândido sobre a raiz de radicalismo das obras pós-revolução, como *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e afirmamos:

Ele situou a obra em seu ano de publicação (1936), e por isso delega à Revolução de 1930 o caráter influenciador, como se essa obra e tantas outras somente tivessem alcançado o radicalismo de seus temas graças à transformação social brasileira iniciada por essa revolução. Ao contrário, vemos *Raízes do Brasil* como uma obra descontextualizada, pois a teoria ali apresentada não pertence a 1936 e sim a 1929-1930; ela antecede a Revolução de 1930 e não é posterior. Seu conteúdo é fruto de uma insatisfação que gerou a revolução e não vice-versa (MATOS, 2006, p. 153).

Podemos perceber que outras obras anteriores a *Raízes do Brasil* já apresentavam como centro de suas discussões a crítica às instituições políticas nacionais, suas ineficiências, inadequações e seu personalismo, o que em parte fundamenta nossa afirmação de que a tese buarquiana não foi gerada pelo movimento de 1930, mas pelas próprias insatisfações anteriores, comuns a vários intelectuais, como Alberto Torres, Oliveira Vianna e Assis Chateaubriand. Assim, no presente artigo temos por objetivo comparar as críticas ao personalismo político brasileiro contidas em *Terra desumana: a vocação revolucionária do presidente Arthur Bernardes*, de Assis Chateaubriand, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, de forma a percebermos como a proposta apresentada pela Aliança Liberal em fins de 1929 teria se utilizado em muito desses conjuntos de princípios e idéias defendidas por esses intelectuais. Ainda, de forma comparativa, buscaremos perceber como essas obras se enquadram na tradição do pensamento político brasileiro e remontam a questões apresentadas nas obras *A organização nacional*, de Alberto Torres, e *Populações meridionais*, de Oliveira Vianna.

Para compreendermos a aproximação entre o manifesto da Aliança Liberal e as críticas desses intelectuais, analisemos a propaganda de abertura da campanha eleitoral de Getúlio Vargas, publicada em *O Jornal* (07 set. 1929).

O texto, abaixo de uma grande imagem de Vargas, ocupa a página central inteira de *O Jornal* e apresenta o eixo da proposta de campanha à presidência de Getúlio Vargas. Na parte superior está escrito:

O que a Aliança Liberal promete concretamente ao povo brasileiro:
A pacificação geral dos espíritos pela anistia;
A verdade eleitoral pelo voto consciente e livre;

A reforma efetiva dos processos políticos vigentes no país, a salvaguarda das questões fundamentais inerentes ao livre exercício da soberania nacional.

Essas palavras não somente formavam a proposta, mas também uma crítica ao sistema político vigente naquele momento, que mantinha o voto aberto, permitindo o controle dos processos eleitorais por parte da elite política. Três são os princípios apresentados nessa propaganda: 1. A liberdade política e de expressão, confirmada pela anistia aos revolucionários; 2. Instituição do sistema democrático de governo e fim do poder oligárquico, pela implantação do voto secreto e livre; 3. Extinção dos mecanismos personalistas na política nacional, por meio da reforma efetiva das instituições políticas.

Essas mesmas proposições foram amplamente desenvolvidas no Manifesto da Aliança Liberal, publicado em *O Jornal* (21 set. 1929, p. 3), referentes ao seu programa político-social: 1. A defesa das liberdades políticas e de expressão pela reforma do regime eleitoral, uma vez que “o nosso sistema eleitoral não corresponde às necessidades e aspirações do País e longe está de permitir a exata representação das opiniões políticas”; 2. O pleno exercício da democracia pela implantação do voto secreto na prática, eis que “a única questão de fato que existe é, pois, a seguinte: há de o voto, que já é legalmente secreto, ser passível de fraude [...] se a lei institui o voto secreto e não o público, de preliminar honestidade é que o voto seja realmente sigiloso”; 3. O fim dos personalismos políticos pela reforma institucional e pela separação entre os poderes públicos e partidários, pois no Brasil, conforme proposto pelo manifesto, ao contrário do restante das nações, é o governo que aparelha o poder partidário, o que gera “o ‘do ut des’ mais perfeitamente organizado em benefício dos que governam: é a oligarquia, é a doença mais grave da República”. Esse manifesto aliancista que abriu as discussões eleitorais nos é apresentado como ponto de partida para compreender o envolvimento dos intelectuais não apenas na Revolução de 1930, mas também em seus próprios desdobramentos que desembocaram na proclamação do Estado Novo. Segundo testemunho de Afonso Arinos de Melo Franco, citado por Vamireh Chacon (1985, p. 111), “A Aliança foi a expressão de profundos recalques coletivos”, ou seja, ela representou as insatisfações de nossos intérpretes da política nacional.

Assim, se os dois primeiros pontos citados, tanto na propaganda como no manifesto, podem apresentar divergências nas propostas de nossos intérpretes do Brasil, o terceiro e último foi unânime nas obras dos que aqui analisamos. Tanto Alberto Torres, que não viveu para ver

a Revolução de 1930, Oliveira Vianna, que posteriormente teve ativa participação no Estado Novo, assim como Sérgio Buarque de Holanda, que não apenas atuou como jornalista no principal órgão de imprensa da Aliança, mas também trabalhou no Ministério da Educação nas duas fases do governo Vargas, e Assis Chateaubriand, um dos principais articuladores da Aliança Liberal e da própria revolução, em suas obras teceram críticas às características personalistas da política brasileira, as quais seriam a grande causa de sua ineficiência.

Dessa forma, Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand, nos anos 20, tiveram suas produções mais diretamente vinculadas à ação política. Nesse sentido, Lúcia Lippi Oliveira afirmou: “Sabemos que a maior parte dos personagens que integraram a Aliança e participaram da revolução podem ser incluídos na categoria de intelectual. Suas produções, entretanto, estiveram mais diretamente vinculadas à ação política, procurando influir ou refletir sobre ela” (1983, p. 425). Os dois intérpretes, em confluência com a citação de Oliveira, não se enquadram no conceito de intelectual apenas por seus escritos, mas principalmente por sua reflexão político-filosófica das questões sócio-institucionais brasileiras e suas atuações diretas no campo da ação política.

Sobre esse conceito de intelectual, Lúcia Lippi Oliveira, em “Idéias fora de tempo”, apesar de considerar a maior parte dos personagens integrantes da Aliança como intelectuais, em sua análise excluiu os nomes daqueles que tivessem atuado mais diretamente nesse campo da ação política. Por isso, afirmou: “aparentemente portador de uma proposta de renovação, o discurso aliancista não encontra ressonância nos meios intelectuais, que desde os anos 20 vinham pensando o Brasil apresentando projetos de transformação nacional” (OLIVEIRA, 1983, p. 425). Nessa afirmação, a autora considerou apenas dois núcleos de intelectuais: o primeiro seria composto por homens diretamente ligados à política, como João Neves da Fontoura, e no segundo, nomes como Gilberto Freyre, vinculados apenas às atividades intelectuais. No entanto, devemos considerar que a Aliança não atraiu apenas o primeiro grupo, como afirmou a autora:

No final da década de 20, quando os políticos oposicionistas se coligaram numa aliança, para a defesa e a recuperação dos princípios liberais, o ambiente intelectual já se mostrava descrente da possibilidade de encontrar soluções para os problemas nacionais dentro dos parâmetros do liberalismo. Deste descompasso pode-se entender a ausência dos intelectuais na Revolução de 30 e sua presença em momentos posteriores, quando a perspectiva liberal é explicitamente abandonada pelo governo (OLIVEIRA, 1980, p. 425).

Para ela, o estado de desilusão dos intelectuais brasileiros os afastou do campo da ação política, o qual foi preenchido apenas por aqueles que já tinham alguma participação no governo. Através das trajetórias de nomes como Sérgio Buarque de Holanda, vemos que tal proposição não se confirma, pois no final dos anos 20 e princípio de 1930 o jovem já possuía certa notoriedade entre os pensadores e literatos brasileiros e se enquadra plenamente na categoria de intelectual, no entanto não se escusou da ação política, em seu trabalho como correspondente no exterior para *O Jornal*, principal órgão da Aliança Liberal. Da mesma forma, segundo Fernando Morais (1994), nesse momento Assis Chateaubriand não tinha participação direta nas estruturas de governo e não apenas como jornalista – como articulador, foi fortemente atuante na causa aliancista. A atuação de Sérgio Buarque, apesar de seu envolvimento na Revolução Constitucionalista, estendeu-se no decorrer do governo Vargas, como membro da comissão do Teatro Nacional em 1936 e posteriormente como diretor da divisão de consulta da Biblioteca Nacional em 1944, cargo em comissão, compondo os quadros do Ministério da Educação e Saúde, já dentro do Estado Novo – nos dois momentos, nomeado por Gustavo Capanema². Chateaubriand, entretanto, desde finais de 1931 exerceu grande oposição a Vargas, ao perceber o autoritarismo de seu governo, mas diante da proclamação do golpe estado-novista, rendeu-se e passou a fazer apologia ao presidente e ao seu programa de governo. Dessa forma, diferentemente do proposto por Lúcia Lippi, percebemos que não unanimemente, até porque muitos intelectuais não concordavam com as propostas liberais para o governo brasileiro, participaram sim do movimento aliancista e da Revolução de 1930.

Sérgio Buarque e Assis Chateaubriand, por meio de livros e textos jornalísticos, procuraram influir nos rumos políticos da nação. Acabaram por se aglutinar em torno da Aliança Liberal, por concordarem com seu discurso “centrado na denúncia do funcionamento do sistema político da República Velha” (OLIVEIRA, 1983, p. 426), conforme vimos a partir da breve análise do manifesto aliancista.

Ambos os intelectuais buscavam a transformação do sistema governamental brasileiro. Em seus artigos criticaram as estruturas personalistas e tirânicas da República brasileira e apresentaram em seus livros *Raízes do Brasil* e *Terra desumana* propostas para a implantação de um governo mais justo e democrático. Sérgio Buarque defendeu mais doutrinariamente uma democracia social, voltada para a

² Conforme portaria de 14 de setembro de 1936 e decreto-lei n.º 1713, de 28 de outubro de 1939, Processo n.º 61 471, de 1944.

educação do povo, enquanto Chateaubriand lutou mais veementemente pela liberdade de expressão, contra a ditadura. Nesse sentido, segundo Lúcia Lippi, os intelectuais da década de 1920 acreditavam que era preciso voltar às raízes, “republicanizar a República”. No entanto, não é essa a visão de ambos os intelectuais. Eles defendiam a fundação de um governo democrático e liberal, pois, para os dois, a República nunca fora implantada no Brasil. Este é um dos pontos centrais de concordância entre ambos. Para eles, não tínhamos ao que voltar, nossas raízes eram na verdade as principais responsáveis pelos “vícios” políticos brasileiros.

Sérgio Buarque apresentou em *Raízes do Brasil* uma proposta política dentro do viés da democracia social, enquanto Assis Chateaubriand, centrado na liberdade de expressão, defendeu um governo forte, ancorado na figura de um homem capaz de personificar a nação e se sacrificar por ela, no entanto sem abrir mão da liberal-democracia como proposta de governo.

Em fins da década de 1920, não era a personalidade de Júlio Prestes que representava a possibilidade de realização dos anseios democráticos do historiador ou mesmo do jornalista; na verdade, era a certeza de continuidade das estruturas personalistas no governo. Nesse sentido, Getúlio Vargas e sua proposta liberal para a democracia brasileira personificou os ideais do jovem Sérgio Buarque e do astuto Chateaubriand, que se engajaram na campanha aliancista almejando a “revolução” política no Brasil.

Para ambos, era preciso substituir a elite governante por outra capaz de pensar a nação, composta por homens imbuídos do espírito público e cívico. Dessa forma, vemos suas aproximações com o movimento que combateu a candidatura de Júlio Prestes e, por mais que pareçam aliados de Vargas, na verdade estavam aliados à causa do candidato da oposição. Frente à vitória da Revolução de 1930, esperavam a democratização do Brasil, o que de fato não ocorreu, e os desdobramentos do processo redundaram na implantação de uma ditadura, no final de 1937. Assim, suas buscas pela renovação política e a conseguinte decepção explicam como ambos se tornaram, posteriormente à década de 1930, inimigos do getulismo.

Para compreender melhor os posicionamentos políticos de Buarque e Chateaubriand, adentraremos a análise de seus escritos e principalmente suas críticas ao personalismo político.

1 – CRÍTICAS AO PERSONALISMO POLÍTICO: DE CHATEAUBRIAND A SÉRGIO BUARQUE

Assis Chateaubriand Bandeira de Melo teve contundente participação na política e na história da imprensa brasileira. Em sua trajetória como advogado e jornalista, fundou uma das maiores redes nacionais de comunicação, os Diários e Emissoras Associados. Conhecido por seu empreendorismo, por sua atuação como deputado e por suas trapaças, não foi estudado como um pensador político e muito menos em sua aproximação teórica com Sérgio Buarque de Holanda.

Similarmente, Assis Chateaubriand também escreveu seu *Terra desumana: a vocação revolucionária do presidente Arthur Bernardes*, antes de sua publicação definitiva em 1926. Segundo Fernando Morais, biógrafo do jornalista,

As exéquias de Bernardes ainda iam demorar um pouco. Ao saber do teor do livro, o presidente fez chegar aos ouvidos do autor, por intermédio de amigos comuns, que não hesitaria um instante em fazer uso dos poderes que lhe dava o estado de sítio para censurá-lo: pura e simplesmente o livro seria proibido de circular. Só no dia 30 de outubro, quando faltavam duas semanas para a posse do novo presidente, é que Chateaubriand se animou a mandar os originais para as oficinas de *O Jornal* – onde Umberto Porta era o único linotipista capaz de decifrar sua letra incompreensível para a maioria das pessoas. No dia em que *Terra desumana* chegou às livrarias, seu principal personagem era apenas um cidadão comum, incapaz de qualquer vingança (MORAIS, 1994, p. 163).

Essa obra, com 213 páginas, chegou às livrarias no final de 1926 e logo obteve sucesso. Teve duas edições seguidas, com cerca de oito milhares de exemplares. No entanto, seu conteúdo sempre foi interpretado como instrumento de vingança do autor contra o presidente, conforme crítica de José Júlio Silveira Martins, que afirmou³: “Chateaubriand não escreveu seu livro para defender idéias, mas apenas como vingança, por ter sido impedido por Bernardes de ganhar algumas centenas de milhares de libras de comissão pelo fracassado contrato com a Itabira Iron Ore” (apud MORAIS, 1994, p. 167). Há que se considerar quem a escreveu, pois José Júlio Martins era amigo pessoal de Bernardes.

³ José Júlio Silveira Martins publicou o livro *Nação agredida: em resposta a Terra desumana*, poucas semanas após o lançamento do livro de Chateaubriand, para, como diz o próprio título, contra-atacar o jornalista.

Somente após a morte de seu autor, *Terra desumana* foi reconhecida como obra séria por Wilson Martins, que a definiu como uma análise profunda do caráter e da mentalidade política do povo brasileiro.

Em *Terra desumana* encontramos incisiva crítica ao governo do ex-presidente Arthur Bernardes. O autor não apenas apresentou a mais contundente ofensa à pessoa do ex-presidente, mas também à República brasileira em seu aparato institucional, e também expôs sua proposta para a política nacional.

Na figura de Arthur Bernardes, Assis Chateaubriand criticou a autocracia: “O que ele ainda está tentando fazer no Brasil é uma verdadeira e completa revolução branca, revelando ao país uma vocação autocrata” (1936, p. 37). De maneira semelhante, Sérgio Buarque afirmou que no Brasil frequentemente nos encontramos lutando por personalismos, ou seja, por interesses próprios⁴. Nessa mesma direção, Chateaubriand acusou Bernardes de ambicionar “tornar o executivo o instrumento de ferro da vontade unipessoal contra a absorção dos outros poderes, demasiado tímidos para promoverem a salvação coletiva, em horas de eclipse das liberdades públicas” (CHATEAUBRIAND, 1936, p. 37). Para o jornalista, Bernardes apenas procurava suprir as próprias necessidades, ao invés do bem geral da nação. Por sua vez, Sérgio Buarque, que não criticou especificamente o governo desse presidente, afirmou que no Brasil “Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático” (HOLANDA, 1973, p. 106). No pensamento de ambos, a ausência da ordenação impessoal aparece como causa dos problemas políticos, pois no Brasil os políticos apenas almejavam seus interesses. E mais, “no trabalho não buscamos senão a própria satisfação, ele tem o seu fim em nós mesmos e não na obra: um *finis operantis*, não um *finis operis*” (id., *ibid.*). Os individualismos, sob o olhar do historiador, eram a profunda causa da falência da república brasileira.

Bernardes personificou, no discurso de Chateaubriand, essa incompetência política brasileira, pois “o Brasil ainda não teve um chefe de governo com os hábitos de calúnia, que o diferencie de todos os outros presidentes que tem tido a República” (CHATEAUBRIAND, 1936, p. 41). O presidente exerceu seu poder da mesma forma que outros já o fizeram, no entanto o reproduziu aos moldes das estruturas personalistas, enraizadas em nosso Estado há muito, com mais intensidade. Para Chateaubriand, “Os recursos da sagacidade, a

⁴ “É freqüente imaginarmos prezar os princípios democráticos e liberais quando, em realidade, lutamos por um personalismo ou contra outro” (HOLANDA, 1973, p.138).

aptidão organizadora, a força política, a vontade de poder, tudo o presidente desenvolveu a fim de regulamentar um mecanismo de egoísmo, o mais monstruoso, o mais covarde que ainda viu a nação desde sua independência” (1936, p. 41). Assim, nas palavras do jornalista, o ex-presidente não respeitou os direitos individuais, de forma nunca vista no país: “O seu tremendo egoísmo, longe de agir como um fator de *élan* coletivo, de unidade superior, é um princípio de isolamento, deslocado desse grande todo do qual pretende ser o porta-bandeira, o chefe responsável” (CHATEAUBRIAND, 1936, p. 42). Dessa forma, o governo de Bernardes foi, segundo Chateaubriand, um espetáculo dos personalismos antidemocráticos.

Nesse sentido, partindo do princípio de que a figura do ex-presidente personifica a República brasileira no discurso do jornalista, o autor de *Raízes do Brasil* afirmou que o governo nacional de modo geral apenas produz uma benevolência democrática, fruto da cordialidade política, que “é comparável nisto à polidez, resulta de um comportamento social que procura orientar-se pelo equilíbrio dos **egoísmos**” (HOLANDA, 1973, p. 139). Assim, as relações cordiais permanentes no sistema democrático levam-no à distorção e ao privilégio de sujeitos despreparados para governar ou exercer qualquer função administrativa no governo. Por isso, nas palavras de Sérgio Buarque, há muito a política nacional se faz “de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias” (1973, p. 106). Como vemos, para o jornalista, assim como para o historiador, eram as escolhas pessoais que dirigiam o Brasil.

Para Chateaubriand, o Brasil precisava de um estadista que, “totalizando os valores do seu tempo, faz da sua vida uma unidade de tal modo dependente das outras unidades concorrentes do conjunto social, que cada uma delas, sem embargo das suas particularidades individuais, nele se completa e por ele se realiza no sentido do universal” (1936, p. 42). Mesmo que no sentido filosófico da defesa, para o jornalista, um estadista deveria ser o homem disposto a colocar os interesses da nação acima dos pessoais, pois “o maior gênio político é precisamente aquele que concilia na sua ação coordenadora, na sua aspiração para a unidade, o maior número de antíteses” (id., *ibid.*). Em proposição semelhante, para Sérgio Buarque de Holanda, o chefe da nação deveria seguir a fórmula de Bentham: “A maior felicidade para o maior número” (HOLANDA, 1973, p. 139).

Diante da anterior análise das propostas da Aliança Liberal e a presente comparação entre as críticas de Assis Chateaubriand e Sérgio Buarque de Holanda ao personalismo em nossas instituições

governamentais, podemos perceber que esse era o fator fundamental dentro dos debates políticos antecessores à Revolução de 1930. Apesar de *Raízes do Brasil* ter chegado às livrarias somente em 1936, ou seja, seis anos depois, sabemos por depoimento de Sérgio Buarque que sua intenção em escrevê-la remonta a 1924, e ainda que em seu retorno da Alemanha em 1930 trouxera mais de 400 páginas escritas que constituíram a primeira parte da obra. Nessa perspectiva, vemos que a obra de Chateaubriand publicada em 1926 antecede em muito ao manifesto aliancista. Isso nos permite retomar a afirmação de Lúcia Lippi de que a revolução teria se utilizado de princípios já correntes entre os pensadores políticos brasileiros, o que não apenas a legitimou como os levou a se identificar com o movimento.

No entanto, é preciso lembrarmos que essa crítica elaborada pelos dois intelectuais, tão diferentes apesar de possuírem a mesma formação, não era nova. Muito anteriormente à atividade intelectual de ambos, outros pensadores já haviam apontado para o personalismo como o principal problema nas instituições governamentais brasileiras, o que remonta a uma tradição do pensamento político nacional. Dessa forma, se faz necessário um retrocesso às críticas de Alberto Torres e Oliveira Vianna, conforme já proposto, não apenas como forma de percebermos as permanências das ideias desses dois intelectuais, mas principalmente pela transcendência destas para o campo da ação política, pois ambos serviram como base legitimadora para a reforma proposta pelo Estado Novo.

2 – DA VELHA À NOVA CRÍTICA: AS HERANÇAS DA PERMANÊNCIA

O governo instituído a partir do desenvolvimento da Revolução de 1930 ancorou-se sobre as propostas de uma tradição de pensamento político autoritário, cujos principais representantes são Alberto Torres e Oliveira Vianna.

Sem adentrar as minúcias de suas obras, analisaremos como suas críticas parecem ter servido como base para as discussões e críticas aos personalismos políticos nas obras de Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand.

No entanto, é preciso termos em mente que, não apenas pela abordagem, mas pela própria proposta, a grande diferença entre Oliveira Vianna e Alberto Torres são suas concepções de Estado – enquanto para Torres o problema nacional poderia ser resolvido pelo ajuste do Estado jurídico, para Vianna, é pela compreensão e a adaptação deste ao Estado sociológico que o país alcançaria o pleno

desenvolvimento (permanece o problema: conhecer para administrar). Inseridas dentro de um campo com frágeis fronteiras, devemos observar que, apesar de prognósticos muito próximos, a obra de Torres ancora-se muito mais sobre uma discussão jurídico-constitucional, sem descartar todas as questões geográficas e sociais brasileiras, enquanto Vianna centrou-se no caráter biológico-cultural da sociedade brasileira. Exaltamos o fundo culturalista da discussão desenvolvida em *Populações meridionais*, mesmo cientes da posterior declaração de repúdio do autor a qualquer discussão sobre cultura, no entanto, o que ele apresentou como fatores próprios de nossa constituição biológica e psicológica, hoje entendemos, não ao todo de sua obra, enquanto características culturais.

Diante dessa constatação, afirmou Antônio Cândido que, assim como os livros de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., a obra de Oliveira Vianna, que já parecia superada nos anos de 1930, apresentou aspectos penetrantes e antecipadores, “que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo” (CÂNDIDO, 1973, p. xi). Esse sopro de radicalismo seria exatamente o caráter socioculturalista de sua discussão, anteriormente tratado sob abordagens mais romantizadas nas obras de Alexandre Melo Morais Filho e do Conde Afonso Celso.

Enquanto Torres estruturou sua obra com o intento de mostrar como nossas leis estavam em desacordo com as realidades nacionais, Vianna procurou da mesma forma demonstrar que nossa realidade possui sua própria ética, leis e costumes independentemente das leis existentes. Dessa forma, partindo de prognósticos muito similares, os dois intelectuais apresentaram propostas contrárias. Torres depositava a solução dos problemas sociais na reforma constitucional, enquanto Vianna acreditava na reeducação do povo⁵ e compreensão da estrutura social nacional. Um Estado forte, capaz de entender e organizar nosso todo social e a partir disso compor um corpo de leis adaptado a nossa ética social.

Para Vianna, três são os fatores principais de nossa desordem: a desorganização; a insolidariedade e a cobiça; a mestiçagem. Seu prognóstico possui uma estrutura de análise social e outra biológico-racial. Dessa forma, ao contrário do proposto por Frobenius, conforme

⁵ O que também foi por Torres apenas não apareceu em sua tese como âncora principal, pois a organização do Estado e a reforma constitucional são os princípios basilares para as soluções dos problemas nacionais.

Sérgio Buarque de Holanda, para o qual “a cultura é sempre sujeito e o homem objeto”, Vianna via certa predisposição racial para o desenvolvimento da cultura.

No entanto, mesmo partindo de princípios diferentes, ambos puderam perceber o personalismo como uma espécie de “câncer” no interior da política nacional. Segundo Torres, no Brasil não se conhece outro tipo de política senão esse, ancorado em práticas partidárias, sem condições de constituir tradições puramente nacionais. Para ele,

não adquirimos o conhecimento consciente de nossa terra, superior aos dados materiais de sua geografia física, como habitat do povo, e [...] não conhecemos o povo, não o cultivamos, não o desenvolvemos. A política de uma nação é uma política orgânica, o que vale dizer: uma política de conjunto, da harmonia, de equilíbrio. No quadro incongruente das nossas instituições – sistema forasteiro, inadequado à nossa índole e ao nosso caráter, e por isso não se executa (TORRES, 1982, p. 158).

Em sua visão, vivemos um sistema de conflitos e desencontros entre os programas dos nossos governos, que não fazem nada além de “destruir o pouquíssimo realizado pelos que o precederam” (TORRES, 1982, p. 159). Nesse sentido, anos mais tarde, Sérgio Buarque de Holanda, em seu artigo “Corpo e alma do Brasil”, publicado na revista *Espelho* em 1935, reconheceu a originalidade da crítica de Alberto Torres, no entanto o criticou por depositar as soluções dos problemas políticos nacionais na reforma constitucional, pois para ele era preciso, como já citado anteriormente, fundar a República que ainda não tinha sido fundada.

Segundo Torres, as constituições e reformas no Brasil obedeceram apenas às inspirações “teóricas” dos governantes e não tiveram nenhum fundamento nas realidades nacionais; fundamentaram-se apenas em caprichos e interesses particulares. Dessa forma, suas realizações foram incompatíveis com as “aspirações nacionais” e por muito sem base nos fatos (1982, p. 160).

Em Vianna, esse olhar crítico ao personalismo da política nacional não passou despercebido; pelo contrário, apontou-o como consequência das antigas práticas coloniais de eleição por sufrágio local que acabavam por levar o “juiz ordinário” “a se fazer criatura da facção que o elege” (2005, p. 214). Esse caráter faccioso e parcialista, para ele, dominava todo o mecanismo processual. Os homens eleitos dentro dessa “complexa máquina” não passavam de “juizes partidários, juizes de clã”. Dentro desse processo, o poder ficava plenamente nas mãos das oligarquias locais, que, “de posses das câmaras municipais e do

aparelho eleitoral (...) só escolhem para os juizados os principais de seu clã, homens de sua parcialidade e confiança” (VIANNA, 2005, p. 213). Esse partidarismo da política desde os tempos do Império, ou, como temos chamado, personalismo, somente era, em sua tese, quebrado quando chegavam às localidades homem eleitos diretamente pelo Imperador e que não tinham ligações diretas com os poderes locais. Estes eram assim independentes dos interesses das oligarquias e tinham a liberdade para o exercício pleno da justiça.

Todo esse contexto político nacional de partidarismos, personalismos, corrupção e defesa dos interesses de clãs locais resultaria, segundo Oliveira Vianna, no fato de que “as instituições de ordem administrativa e política, que regem nossa sociedade durante a sua evolução histórica, não amparam nunca, de modo cabal, os cidadãos sem fortuna, as classes inferiores, as camadas proletárias contra a violência, o arbítrio e a ilegalidade” (VIANNA, 2005, p. 221). Dessa forma, sua análise não se prendeu ao período colonial ou do Império, pois sua afirmação de que nossas instituições administrativas nunca ampararam os cidadãos coloca sua crítica aos personalismos da política brasileira, seus partidarismos locais e corrupção em seu tempo presente. Para ele, a problemática de nossas estruturas administrativas poderia ser claramente vista na ineficiência dos aparelhos de justiça, que, de acordo com os testemunhos históricos, teriam atestada sua corrupção.

A partir dessa constatação e crítica, muito próximas às apresentadas por Alberto Torres, de quem foi leitor, Oliveira Vianna chamou esse estado arbitrário de “mandonismo local” e “anarquia branca”, no qual a justiça e os direitos individuais das “classes” desfavorecidas seriam medidos de acordo com os gostos pessoais, e não somente estas, pois afirmou: “Os homens poderosos, os que dispõem de cabedais e prestígio, estes mesmos estão sujeitos à parcialidade e à venalidade dos magistrados” (VIANNA, 2005, p. 212), ou seja, todos estavam à mercê dos interesses individuais das elites que estivessem ocupando o poder.

Podemos perceber que as críticas de Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand não eram novas, na verdade remontavam aos intérpretes da República recém-nascida, e da mesma forma a tradição do pensamento político brasileiro. Apesar de propostas substancialmente diferentes *A organização nacional*, *Populações meridionais*, *Terra desumana* e *Raízes do Brasil* apresentam como elo a constatação e crítica ao personalismo enraizado na política nacional e que impediria o pleno exercício da democracia no país.

Portanto, o entusiasmo e aglutinamento de Sérgio Buarque e

Assis Chateaubriand em torno da proposta aliancista em 1930 não pode nos causar estranhamento, pois sua proposta de reforma dos processos políticos vigorantes no país ia ao encontro dos anseios e apontamentos de nomes que constituíram a base do pensamento político no decorrer da República Velha. Dessa forma, o governo Vargas conseguiu reunir desde propostas para a centralização autoritária do poder central, como em Oliveira Vianna, até as propostas de uma democracia mais voltada para o social ou mais centrada no liberalismo, expressas sucessivamente por Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand.

FONTES

CHATEAUBRIAND, Assis. Terra desumana: a vocação revolucionário do presidente Arthur Bernasrdes. Rio de Janeiro. O Jornal, 1936.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 7 ed. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora. 1973.

BIBLIOGRAFIA

BRANDÃO, Gildo Marçal. Oliveira Vianna: populações meridionais do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. 2. ed. São Paulo. Ed. SENAC, 2002. v. 2.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. 2. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1985.

KUNTZ, Rolf. Alberto Torres: a organização nacional. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2002. p. 259-278.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1977. p. 344-374. t. 3. 2v.

LOPES, Luiz Roberto. *Cultura brasileira: de 1808 ao pré-modernismo*. 2 ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1995.

MATOS, Júlia. O intelectual e a obra *Raízes do Brasil*: uma discussão historiográfica. *Biblos*: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História. Rio Grande, Ed. da FURG, v. 19, p. 151-170, 2006.

MORAIS, Fernando. *Chatô, o rei do Brasil: a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Idéias fora de tempo. In: SIMPÓSIO SOBRE A REVOLUÇÃO DE 30. Porto Alegre, out. 1980. Porto Alegre: ERUS, 1983.

TORRES, Alberto. O governo e a política. In: _____. *A organização nacional*. Primeira parte: A Constituição. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. da UnB, 1982. p. 149-210.

VIANNA, F. J. Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005.